

AS CARACTERÍSTICAS DA EXECUÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB

MACIEL, Flávio César de Lima.

MUNIZ, Denise Dantas.

RESUMO

Entendendo a dualidade existente entre a questão da utilização e a preservação dos recursos naturais, assim como a importância da realização de estudos e pesquisas relacionados a essa temática, o presente trabalho tem o escopo de verificar as características da execução da Gestão Ambiental no município de Cajazeiras-PB, tendo em vista a necessidade de conhecer as legislações que subsidiam as ações de vigilância ambiental no município, buscando identificar aspectos relacionados as infrações cometidas e suas respectivas penalidades com o intuito de constatar se são realizadas ações de punição ao processo de degradação ambiental. Deste modo, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo, por meio de uma revisão bibliográfica e documental em que coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário através da utilização da Escala de Likert e análise dos dados realizada conforme verificação das informações coletadas.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Recursos Naturais. Gestão Pública.

ABSTRACT

Understanding the duality between the issue of use and the preservation of natural resources, as well as the importance of conducting studies and research related to this theme, the present work has the scope to verify the characteristics of the implementation of Environmental Management in the municipality of Cajazeiras-PB, considering the need to know the laws that subsidize the actions of environmental surveillance in the city, seeking to identify aspects related to the infractions committed and their respective penalties in order to verify if actions are being taken to punish the process of environmental degradation. Thus, a quantitative descriptive research was carried out, through a bibliographical and documentary review in which data collection was done through the application of a questionnaire through the use of the Likert Scale and analysis of the data performed according to the verification of the information collected .

Keywords: Environmental Management. Natural Resources. Public Administration.

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos o homem utiliza os recursos provenientes da natureza para suprir suas necessidades, das mais variadas formas, fazendo com que os mesmos passem

por diversos processos de transformação, até que se chegue ao resultado final do produto a ser utilizado. Face ao exposto, percebe-se uma crescente visibilidade direcionada ao cenário de dicotomia entre a questão da utilização e da preservação dos recursos naturais, de forma que cada vez mais são pensados em mecanismos que possam vir a mediar essa situação (NASCIMENTO, 2012).

Em decorrência da conjuntura anteriormente citada, a busca pelo estabelecimento de um sistema de administração pública pautada em ações direcionadas a promoção da sustentabilidade, vem sendo uma constante, o que faz com que seja posta em prática a Gestão Ambiental, onde as mais diversas instâncias tentarão minimizar as consequências de suas ações para com a natureza. Logo, a adoção de medidas preventivas, fiscalizadoras e punitivas ganham destaque neste âmbito, com o escopo de tentar intervir na problemática de degradação ambiental.

Nesta perspectiva, este estudo tem como questão norteadora a necessidade de verificar quais as particularidades da execução da Gestão Ambiental no município de Cajazeiras-PB? Já como objetivos específicos evidenciam-se inicialmente a necessidade de desvelar se as legislações que subsidiam as ações de vigilância ambiental no município, assim como tentar identificar quais aspectos relacionados as infrações cometidas e suas respectivas penalidades com o intuito de buscar constatar se são realizadas ações de prevenção a esse processo de degradação ambiental.

Deste modo, o desenvolvimento do presente trabalho se justifica pela relevância da temática em questão, já que conforme CARVALHO et al (2005) a Gestão Ambiental passa a se constituir enquanto meio de intervenção frente a temática da degradação ambiental, se constituindo enquanto sendo uma peça chave para a administração pública frente a essa problemática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Levando em consideração o fato de que todos os ramos de produção necessitam de uma matéria-prima que é extraída, em sua maioria, da natureza, é possível verificar que há nos últimos anos um redirecionamento das discussões a nível mundial, para elaboração de propostas, planos, projetos e ações que venham tentar reduzir e amenizar os impactos negativos que a produção em massa vem causando ao meio ambiente, tendo em vista a grande devastação e a poluição, dentre outros aspectos que estão contribuindo para o esgotamento desses recursos naturais (NASCIMENTO, 2012).

Estes recursos sempre foram amplamente utilizados nos mais diversos tipos e modalidades de produção, de forma que esse processo de extração excessiva e de degradação exagerada e descontrolada acabou culminando no surgimento de diversos problemas ambientais, como por exemplo, a destruição da biodiversidade, a destruição da camada de ozônio, a poluição dos mananciais, a prática de realizar queimadas, dentre outros impactos que passam a afetar diretamente o ecossistema e compor o quadro da questão ambiental. Assim cabe ressaltar que,

A chamada questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, se relaciona com o meio físico-natural. O ser humano sempre dependeu dele para garantir sua sobrevivência. Em nenhum momento de sua história, a humanidade viveu sem o auxílio do meio físico-natural. O seu uso, como base material de sustentação da existência humana, bem como as alterações decorrentes deste uso são tão antigos quanto a própria presença do homem no planeta Terra (QUINTAS, 2006, p.20).

Devido ao crescimento exacerbado da degradação do meio ambiente verifica-se que “as empresas se sentem obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade, como um todo, e a referida responsabilidade abrangem o bem-estar da população e sua integridade” (TINOCO; KRAEMER, 2008, p.29). Diante disso, é preciso sempre estar reforçando a discussão acerca da importância e da necessidade de se pôr em prática os princípios que sustentam as ações de responsabilidade social¹.

Em consequência disso, observa-se um pouco de resistência, por parte das empresas e também da sociedade em adotar medidas voltadas a promoção da responsabilidade social e preservação ambiental, devido a questões ligadas a falta de legislação ambiental, que possa regular ou penalizar os infratores, servindo assim de mecanismo inibidor para a perpetuação de práticas que prejudiquem o meio ambiente ou que estimulem os mesmos a adotar ações que tenham impactos mais sutis (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Com isso, a Gestão Ambiental passa a ser adotada como uma forma de execução de ações, procedimentos, planejamento, busca de estratégias e desenvolvimento de métodos para

¹ Conforme Ribeiro (2010) evidencia-se que responsabilidade social envolve um conceito dinâmico de forma que abrange o conhecimento que envolve as preferências e prioridades sociais, tendo em vista que seus determinantes podem variar de acordo com a conjuntura que está sendo analisada. Para tanto, a empresa deverá adotar práticas em que o lucro passa a se constituir enquanto meio, e não fim, já que serão adotadas ações que deverão suprir as necessidades dos recursos humanos e do mercado ao passo que possibilita a preservação do meio ambiente.

se alcançar soluções referentes à redução, ou quem sabe até mesmo a eliminação, das consequências negativas do processo de produção de utilização indevida dos recursos naturais que contribuem para a degradação da natureza. Logo, seu maior objetivo passa a ser a busca pelo controle e redução dos impactos ambientais.

Tendo em vista esses aspectos, evidencia-se então nesse contexto a essencialidade da ISO 14.001 (2004), já que esta acaba se constituindo enquanto um importante marco normativo, a nível internacional, no que se refere a regulamentação dos sistemas de gestão ambiental. Portanto,

Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma estrutura desenvolvida para auxiliar as organizações, independentemente de seu tipo ou porte, a planejar consistentemente ações, prevenir e controlar impactos significativos sobre o meio ambiente, gerenciar riscos e melhorar continuamente o desempenho ambiental e a produtividade. Além destes aspectos, um SGA permite avaliar e monitorar a conformidade em relação ao atendimento dos requisitos legais (ABNT ISO 14.001, 2004, p.05).

Dá a justificativa de sua essencialidade, já que a mesma passa a levar em conta aspectos internos e externos do processo de produção que possam gerar impactos ambientais negativos, apontando assim, algumas medidas que podem ser decisivas no processo de execução da Gestão Ambiental.

Em detrimento do que foi exposto, observa-se a dualidade que envolve o processo de utilização e de preservação dos recursos naturais tende a tornar-se um tema recorrente nos mais variados espaços, já que ao se elencar essa indagação há o direcionamento da discussão no sentido de se visualizar as consequências negativas que seriam decorrentes da possibilidade de esgotamento (desses recursos oferecidos pela natureza) devido ao seu uso indevido que conseqüentemente gera degradação exacerbada.

Levando em consideração estes aspectos cabe destacar que há constante necessidade de ampliação dos espaços e meios de promoção de conhecimento (pautado em ideias de sustentabilidade) que venham a atingir um quantitativo populacional maior, intensificando debates e pesquisas acerca deste tema; fazendo com que as pessoas possam ter os esclarecimentos necessários para a prática do uso consciente e racional desses recursos, despertando cada vez mais a consciência ecológica de cada um e materializando de maneira coerente a Educação Ambiental.

Destarte, a Lei 9.795/1999, aborda a temática de Educação Ambiental, definindo esta como: “Componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente,

em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. No seu Artigo 3º, inciso V, aponta que fica a cargo de empresas, entidades de classe e também instituições privadas e públicas a responsabilidade de capacitar seus colaboradores, com o escopo de controle do processo produtivo e do próprio meio ambiente (BRASIL, 1999).

Neste sentido, a questão da Educação Ambiental enfrenta diversos percalços que a fazem se constituir como complexa, pois a construção de um processo educativo que venha a atender os objetivos propostos e ao mesmo tempo ser acessível, a um público extremamente diversificado, é um grande desafio, já que são esses indivíduos que irão intervir nas diversas instâncias de participação e deliberar sobre as decisões e acordos que possibilitarão mudanças nesse âmbito. Logo, torna-se evidente que, a Educação Ambiental deve ser construída como algo acessível a todos os setores populacionais, sendo a responsabilidade pela sua execução dividida entre as mais variadas instâncias, com o escopo de aumentar assim sua abrangência e o nível de efetividade da Gestão Ambiental. Assim,

As boas práticas de gestão ambiental, tão necessárias para a otimização dos recursos, diminuição de desperdícios e redução da poluição, não devem ser exercidas apenas pelas empresas. Os órgãos públicos, como as prefeituras municipais, também devem ter o compromisso com tais práticas, servindo como exemplo em toda a sociedade. Para tanto, esses órgãos devem ser capazes de capacitar e conscientizar seus funcionários, para que o exercício das práticas de gestão ambiental seja feito de forma contínua e não apenas em poucas ocasiões (DAMBRÓS; SENNA; ALVES, 2014, p.01).

O Poder Público através de suas instâncias, instituições e órgãos colegiados, tende a atuar no planejamento e também na execução de políticas públicas que venham a incentivar a adoção de práticas de reutilização e reciclagem, assim como evitar o desperdício e o uso desnecessário e inconsequente dos recursos naturais, intervindo também por meio da aplicação das devidas punições frente aos considerados crimes ambientais, incentivando assim a adoção de práticas de correção da postura indevida.

Assim, a Constituição Federal de 1988, no que se refere ao tema ambiental define em seu “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p.75).

Neste sentido, Nascimento (2012) destaca que a estruturação da Gestão Ambiental pública no Brasil está organizada por meio do Sistema Nacional do Meio Ambiente

(SISNAMA), e ramificado na seguinte estrutura: o órgão superior centrado no Conselho de Governo; o órgão consultivo e deliberativo se constitui no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); o órgão central trata-se do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que elabora as normas; o órgão executor trata-se do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) tem o papel de fiscalizador; e os demais órgãos seccionais (estaduais) e órgãos locais (municipais) que realizam uma espécie de monitoramento ambiental para preservação dos recursos existentes.

Também é importante destacar a Política Nacional de Recursos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que traz em seu texto legal aspectos relacionados a necessidade/preocupação do cuidado com o meio ambiente através do estabelecimento de políticas públicas para os resíduos sólidos, trazendo assim diretrizes que tendem a nortear as ações de gestão e de gerenciamento destes resíduos.

Portanto, os órgãos públicos devem pautar suas ações no sentido de exercer o controle e também o comando de todo o processo execução da Gestão Ambiental por meio da padronização e garantia de efetividade das normas que dão respaldo legal as questões ambientais, assumindo também a função de fiscalizadores, e quando necessário, punindo todos os atos que não convergem com a legislação ambiental, tendo como pressuposto para a execução dessas ações a busca pela manutenção da qualidade de vida de todos os indivíduos, prezando por atender os interesses da população (de diferentes camadas sociais) de forma equânime.

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio físico-natural ou construído. Daí a importância de se praticar uma gestão ambiental participativa. Somente assim é possível avaliar custos e benefícios de forma transparente (QUINTAS, 2006, p.31).

Diante disso, vê-se que a necessidade da plena execução da Gestão Ambiental Pública passa a exercer um papel hegemônico no que se atrela a possibilidade de minimizar a degradação ambiental fruto do processo de crescimento desordenado e do desperdício; já que são as instancias administrativas do Poder Público que tem a possibilidade de execução de cobrança e responsabilização dos que vão contra a lógica de preservação ambiental, exercendo assim ações de punição, correção ao passo que promovem o incentivo e também a

criação de políticas públicas que sejam adequadas ambientalmente a necessidade de todos (NASCIMENTO, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que os objetivos deste estudo fossem concretizados, foi realizada uma pesquisa descritiva quantitativa, sendo também executada uma revisão bibliográfica e documental a fim de possibilitar a fundamentação deste estudo. A coleta de dados foi feita através da aplicação de um questionário da utilização da Escala Likert e a análise dos dados foi realizada por meio da verificação das informações obtidas. Já o lócus escolhido para a realização deste trabalho foi a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do município de Cajazeiras-PB, tendo como população todos os funcionários que atuam nesta instituição, sendo excluídos dessa amostra todos os profissionais que não se enquadram no quadro funcional desta secretaria, de modo que foi realizado um questionário com 05 (cinco) colaboradores.

Portanto, ainda cabe evidenciar que este estudo buscou atender exigências éticas de forma que foi considerado como pressuposto para a sua realização a inviolabilidade das informações obtidas, com o intuito de possibilitar a garantia da segurança e da integralidade moral dos sujeitos envolvidos, de maneira que a participação destes pressupôs a existência de seu assentimento livre e esclarecido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o processo de coleta de dados, por meio da aplicação do questionário, fez-se necessário a tabulação das informações obtidas de modo que estas foram sistematizadas de maneira quantitativa através da aplicação da escala de Likert.

Destarte, foi verificado o nível de concordância por parte dos entrevistados em relação as questões propostas, ao passo que foram oferecidas a estes 05 (cinco) alternativas, sendo estas: Concordo Fortemente, Concordo, Sem Opinião, Discordo e Discordo Fortemente. Neste sentido, para ser possível analisar este nível de discordância ou concordância em relação as questões propostas, foi realizado o cálculo da Média, Variância e Desvio Padrão, tendo como parâmetro de comparação a equivalência destas alternativas com a enumeração de 01 (um) a 05 (cinco), sendo assim equivalentes: 01 (um) para Discordo Fortemente, 02 (dois) para Discordo, 03 para Sem Opinião sendo assim um ponto tido como de neutralidade, 04 (quatro)

para Concordo e 05 (cinco) para Concordo Fortemente; sendo apresentado em uma tabela para melhor equiparação dos resultados.

Com isso, para possibilitar uma melhor visualização dos dados obtidos na pesquisa, em seguida temos um detalhamento individual de cada questão, a fim de promover uma melhor percepção da resposta dos entrevistados. E por fim, temos a apresentação de um gráfico de controle com o intuito de apresentar os dados das médias de forma que seja possível identificar se há uma padronização das respostas obtidas no questionário.

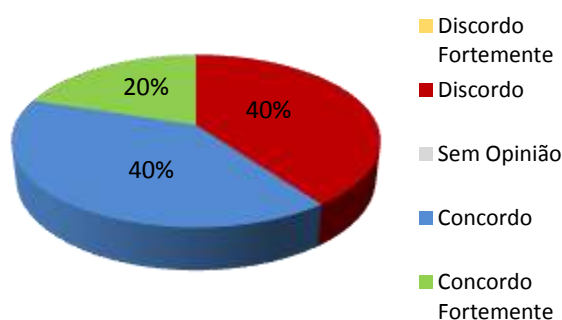
TABELA 01 – Tabela de Representação da Análise dos Dados do Questionário

QUESTÕES	Média	Variância	Desvio Padrão
1- Você acredita que os objetivos que subsidiam as ações desta Secretaria são coerentes com as legislações ambientais?	3,4	1,8	1,34
2- As ações que são desenvolvidas tem importante relevância social?	3,8	1,2	1,1
3- Existem muitas dificuldades na materialização das atividades?	4,2	0,2	0,45
4- Essas dificuldades são duradouras?	4,0	0,5	0,71
5- As ações de vigilância socioambiental são eficientes?	2,8	0,7	0,84
6- As infrações neste âmbito são recorrentes?	4,0	0,5	0,7
7- As penalidades e medidas de advertência são seguidas pela população?	3,0	0,5	0,7
8- Existem muitos casos de reincidência?	3,4	0,8	0,89
9- As campanhas de conscientização e mobilização populacional são eficientes?	2,4	0,8	0,89
10- A Secretaria desenvolve trabalhos de intersectorialidade contando com a parceria de outras instituições?	2,8	1,7	1,3
11- Existe Plano de Gestão Ambiental no município?	3,2	1,2	1,1
12- A base de financiamento é suficiente para todas as despesas neste âmbito?	1,4	0,3	0,55

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente/Cajazeiras-PB, 2018.

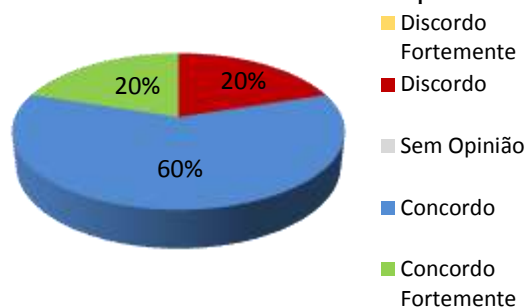
Deste modo para uma melhor observação das respostas, que foram obtidas com a aplicação dos questionários, foram organizados gráficos com os resultados em porcentagem e estes agrupados de quatro em quatro, de modo a permitir sua melhor visualização.

Gráfico 01 – Dados analisados da questão 01



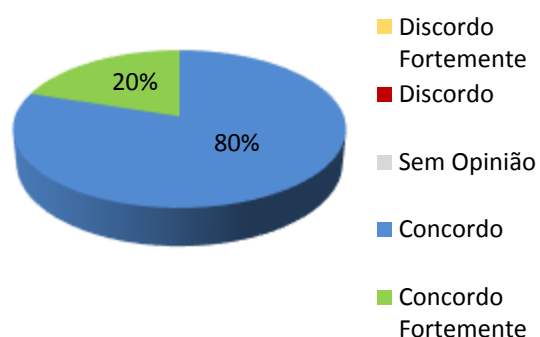
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 02 – Dados analisados da questão 02



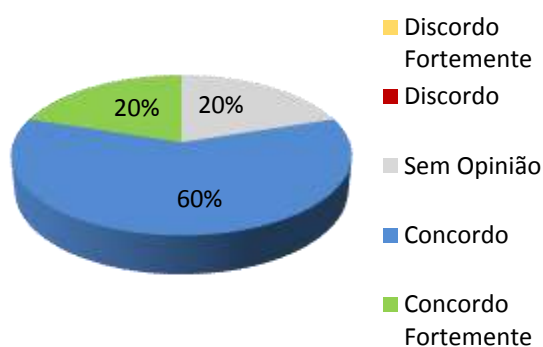
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 03 – Dados analisados da questão 03



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 04 – Dados analisados da questão 04



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

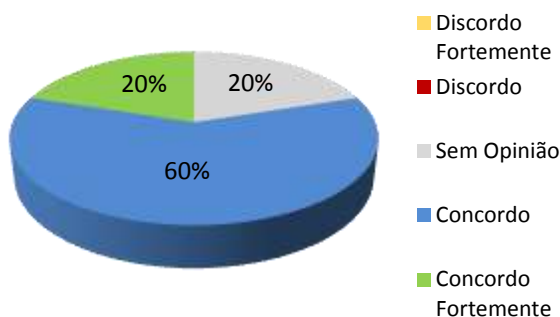
Na primeira questão foi indagado aos entrevistados se eles acreditam que os objetivos que subsidiam as ações da Secretaria são coerentes com as legislações ambientais. Com isso, 40% afirmou que discorda que as ações da Secretaria são coerentes com as legislações ambientais, 40% afirmou que concorda e 20% que concorda fortemente, o que leva a demonstrar a importância de execução das ações por meio de um direcionamento das normativas que subsidiam essa área.

Em seguida foi questionado a eles se as ações desenvolvidas têm importante relevância social, de modo que conforme o gráfico da questão 02, percebe-se que 20% discorda, sendo que 60% concorda e 20% concorda fortemente, acreditando que estas atividades tenham impacto positivo na sociedade.

Dando continuidade, também foi importante saber se eles acreditam que existem muitas dificuldades na materialização das atividades, tendo em vista que entraves precisam ser identificados no sentido de assim buscar melhorias cotidianas. De modo que foi de concordância dos entrevistados de que de fato têm-se a existência de diversas dificuldades na materialização das atividades, contemplando 20% que concordou fortemente e 80% que concordou.

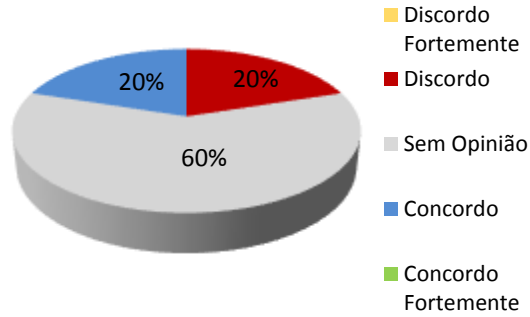
Diante disso, partindo do pressuposto de que entraves e desafios são encontrados em todas as instâncias, também foi indagado se eles percebem que estas adversidades são duradouras, de maneira que 20% declarou não ter opinião, 60% concordam e 20% concordam fortemente, conforme pode-se visualizar nos gráficos das questões 05 a 08.

Gráfico 05 – Dados analisados da questão 05



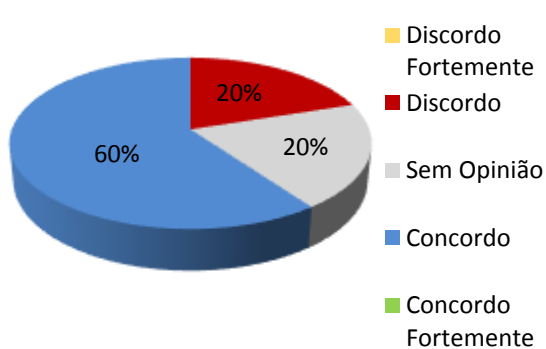
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 06 – Dados analisados da questão 06



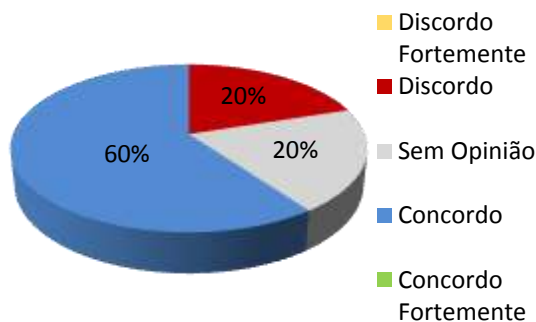
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 07 – Dados analisados da questão 07



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 08 – Dados analisados da questão 08



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Com isso, também foi questionado aos entrevistados qual a sua percepção com relação ao nível de eficiência das ações de vigilância socioambiental; sendo que 20% declarou não ter opinião, 60% concordam e 20% concorda fortemente, conforme o gráfico acima.

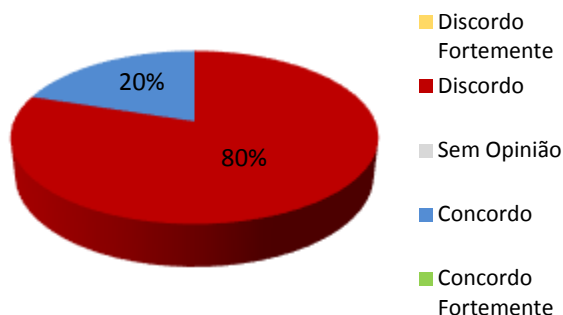
Em meio a essas questões, fez-se necessário buscar saber se as infrações ocorridas neste âmbito são recorrentes. Portanto, observa-se que 20% concorda, 20% discorda e 60% não tem opinião acerca do que foi questionado.

Destarte, foi questionado se as penalidades e medidas de advertência são seguidas pela população, sendo que 60% concorda, 20% declarou não ter opinião acerca do que foi questionado e 20% discorda.

Em detrimento do quesito anterior, também se faz importante saber se existem muitos casos de reincidência de aplicação das penalidades e das medidas de advertência, de modo

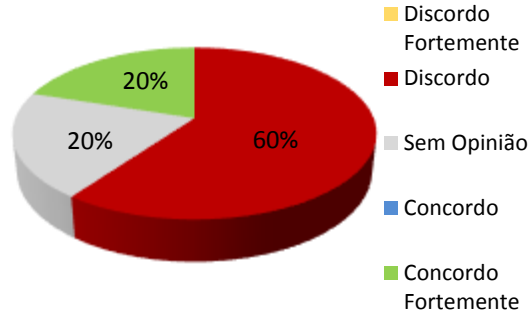
que 20% declarou não ter opinião acerca do que foi questionado e 20% discorda e 60% concorda.

Gráfico 09 – Dados analisados da questão 09



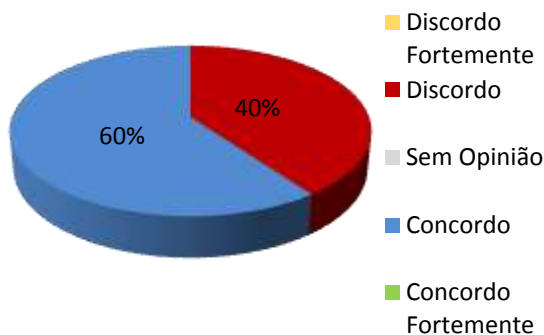
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 10 – Dados analisados da questão 10



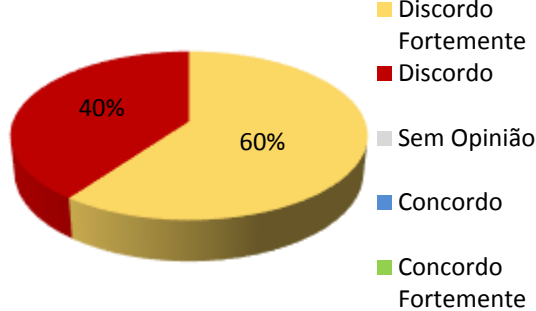
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 11 – Dados analisados da questão 11



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Gráfico 12 – Dados analisados da questão 12



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Levando em consideração os objetivos que norteiam este estudo, também foi questionado aos participantes da pesquisa se as campanhas de conscientização e mobilização populacional são eficientes; de maneira que foi possível perceber que 80% discorda e 20% concorda.

Desta forma, foi indagado aos entrevistados se a Secretaria desenvolve trabalhos de intersectorialidade com a parceria de outras instituições, podendo ser evidenciado que 60% discorda, 20% declarou não ter opinião e 20% afirmou concordar fortemente.

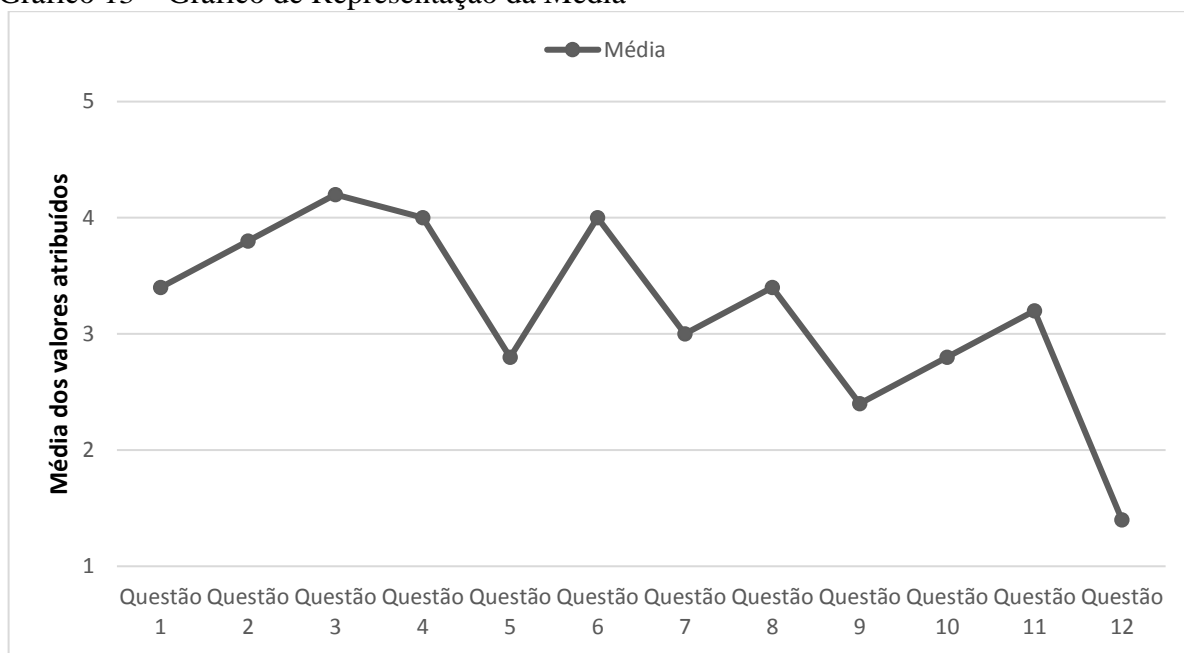
Dando continuidade à coleta de dados, foi questionado aos participantes da pesquisa se no município de Cajazeiras-PB existe Plano de Gestão Ambiental, sendo que 60% concorda e 40% discorda.

E por fim, foi indagado se a base de financiamento se constitui enquanto sendo suficiente para cumprir as despesas neste âmbito; de modo que 60% discorda fortemente e 40% discorda, o que faz perceber que é necessário buscar novas bases de financiamento e

meios que possam vir a fornecer mais recursos para a realização das ações propostas pela secretaria.

Em detrimento dos quesitos que foram escolhidos pelos participantes da pesquisa, abaixo é possível visualizar um gráfico de controle, de modo a possibilitar uma maior percepção acerca das médias que foram obtidas na tabulação dos dados do questionário, possibilitando assim identificar se há uma padronização nas respostas obtidas.

Gráfico 13 – Gráfico de Representação da Média



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Assim, o gráfico mostra que as respostas mais recorrentes foram situadas entre 02 (dois) e 04 (quatro), ou seja, ficaram divididas entre os quesitos de concordo, sem opinião e discordo, de modo que a Média Geral das questões foi de 3,2 (três vírgula dois), indicando que existe uma variação significativa no tocante aos quesitos abordados. Contudo, é também visível que há padrões de entendimento acerca dos entrevistados para as questões abordadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos que deram materialização a este estudo, vê-se que os objetivos que serviram de subsídio para o mesmo foram contemplados com a realização do questionário, já que foi possível verificar as particularidades da execução da Gestão Ambiental no município de Cajazeiras-PB, ao passo que foi possibilitado o desvelamento

quanto a interferência das legislações ambientais na execução das ações de vigilância ambiental no município, assim como foi possível identificar detalhes referentes a recorrência das infrações cometidas e o cumprimento de suas respectivas penalidades, fazendo assim constatações acerca do processo de realização de ações de prevenção a esse processo de degradação ambiental.

Deste modo, foi possível observar que a Gestão Ambiental não é executada de forma coerente pela Secretaria, tendo em vista que a mesma apresenta diversas falhas principalmente no que se refere a inexistência de intersetorialidade e a parceria com outras instituições e também na necessidade de desenvolvimento de ações de fomento a Educação Ambiental, para que assim sejam garantidas novas bases de financiamentos.

6 REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 14001/2004 - Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 de setembro de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n. 12.305. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de; OLIVEIRA, Sonia Maria M. C. de. BARCELLOS, Frederico Cavadas. ASSIS, Jailson Mangueira. Gestão local e meio ambiente. In: Revista Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

GIL, Antonio Carlos. Método e técnicas de pesquisa social. 5.ed.-8.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2012.

QUINTAS, José Silva. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª ed. revista. Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5) – Brasília: Ibama, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudência; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e Gestão Ambiental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Perguntas	Discorda Fortemente	Discorda	Sem Opinião	Concorda	Concorda Fortemente
1- Você acredita que os objetivos que subsidiam as ações desta Secretaria são coerentes com as legislações ambientais?					
2- As ações que são desenvolvidas tem importante relevância social?					
3- Existem muitas dificuldades na materialização das atividades?					
4- Essas dificuldades são duradouras?					
5- As ações de vigilância socioambiental são eficientes?					
6- As infrações neste âmbito são recorrentes?					
7- As penalidades e medidas de advertência são seguidas pela população?					
8- Existem muitos casos de reincidência?					
9- As campanhas de conscientização e mobilização populacional são eficientes?					
10- A Secretaria desenvolve trabalhos de intersetorialidade contando com a parceria de outras instituições?					
11- Existe Plano de Gestão Ambiental no município?					
12- A base de financiamento é suficiente para todas as despesas neste âmbito?					